

08 SET 1987

# Partidos, programas e crise

*Auc*

## FOLHA DE SÃO PAULO

JOÃO GILBERTO LUCAS COELHO

**A** fragilidade do quadro partidário brasileiro é repetidamente citada e serve até de argumento contra o parlamentarismo ou sobre a estabilidade das instituições democráticas.

Muitas serão as razões pelas quais não temos partidos vigorosos e de tradição. Mas, uma delas, com peso significativo, é a de que a lei tem dissolvido partidos quando estes começam a ter vida e inter-vêm tão profundamente neles que os impede de caminharem sozinhos e amadurecerem. O projeto modernizante de uma parcela dos que estiveram na raiz do regime de 64 tentou via lei impor disciplina, democracia interna, boas práticas às agremiações partidárias; tanto intervencionismo desbancou para o impedimento da expressão das correntes e manteve apenas fantoches de partidos. A reforma liberalizante de 1985, com a emenda à Constituição nº 25, não foi complementada pelas necessárias legislações, como a própria lei dos partidos políticos e um novo código eleitoral. O resultado mais uma vez é decepcionante, porque não se consegue ter um mínimo de nitidez no quadro.

Temos hoje seis partidos registrados; menos do que isso com registro provisório e prazo de um ano para cumprir as draconianas disposições legais para o definitivo; poucos com processos em tramitação para a primeira etapa; e a grande maioria das quarenta agremiações habilitadas nos últimos pleitos sem nenhum horizonte legal definido. Mais uma vez é a lei que está atrapalhando, impedindo que as águas tomem seu leito normal, após a veemência com que

sempre rompem a barreira da antiga represa.

Pior de tudo: um partido que vá surgir agora, por mais representativo que seja, terá enormes vicissitudes para se registrar e para alcançar um status legal garantido.

Enfim, o caos não é do quadro; é da legislação, antes de mais nada.

Por outro lado, é de considerar que a comunidade nacional encontra-se num momento de perplexidade e dispersão. As próprias entidades da "sociedade civil" que tinham enorme carga de legitimidade na resistência democrática, perderam muito do vigor e da presença.

Os partidos herdaram da noite autoritária um perigoso maniqueísmo. Dos que estão no governo cobra-se que sejam incondicionais às políticas deste e não que elas é que sejam coerentes aos seus programas; os da oposição têm o dever moral de estarem contra tudo. Termina acontecendo que os partidos são irresponsáveis na oposição e incompetentes no governo, trocando de programa conforme a posição geográfica no campo. É o que aconteceu com o PMDB e corre o risco de repetir-se com o PT, por exemplo, se vier a ter um excepcional desempenho eleitoral no ano que vem ou em 90. Quem prega direitos ilimitados e não sujeitos à capacidade do herário público e da sociedade em bancá-los, chega ao governo e repete as estratégias antes condenadas...

Misturando-se aos impecilhos da lei e à desorientação que a luz democrática causa no primeiro momento após uma experiência restritiva, o quadro partidário bra-

sileiro ainda não conseguiu mostrar um leque coerente de alternativas. Antigamente dizia-se que era preciso legalizar os PCs, ter um partido de centro e unificar as correntes socialistas democráticas para que o quadro reproduzisse um arco razoável dos sentimentos e tendências da nação. Os partidos comunistas estão aí. O partido de centro, bem pensado, era o PP que o último casuismo do governo Figueiredo obrigou a desaparecer e incorporar-se ao PMDB para responder ao impedimento legal de alianças. O centro continua misturando-se à sua direita e à sua esquerda e desarticulando todo o quadro. Por outro lado, os socialistas democráticos estão pulverizados em tendências internas de quatro ou cinco partidos.

É a direita que dá sinais de modernização e possível unificação do eixo capitalista cidade-campo em torno de uma nova sigla, muito breve, com os ingredientes inteligentes de comunicação, lideranças carismáticas e utilização de mecanismos novos e mensagens com roupagens atualizadas.

O centro está em crise de identidade e muitas são as propostas para que se organize majoritariamente num partido novo.

À esquerda, os pensamentos socialistas democráticos estão inquietos, repetindo autocríticas, mas, com a enorme dificuldade de superarem as barreiras que eles próprios construíram no isolamento em diversas siglas.

Nesta hora em que se fala de partido novo e reorganização de outros, é necessário lembrar a coerência. Precisamos de um par-

tido que só pregue na oposição aquilo que intenderá fazer no governo; que tenha responsabilidade e capacidade de discernir entre o populismo inconsequente de apoiar todas as demandas corporativas e os compromissos superiores com o interesse coletivo da população, esteja no governo ou na oposição. De regras internas que garantam a democratização do aparelho partidário, impedindo que se torne mera ferramenta ao dispor de um líder ou feudo de alguns poucos, sem confundir a construção da vontade majoritária com os basismos paralisantes. De disciplina capaz de fazer com que os militantes na prática executem o que pregam e mostrem na vida partidária que serão capazes de servir à causa pública nos Legislativos e Executivos.

Estes novos partidos, de práticas e vidas internas diferentes, irão nascendo com a democratização, desabrochando entre espinhos, aprendendo a caminhar ao cair e levantar. Não pode ser diferente.

É por isto que os intelectuais de 64 erraram. Quiseram preparar por lei bons partidos para uma democracia futura. Criaram o maior caos da história brasileira e afundaram o país no autoritarismo. Não vamos repeti-los e aceitemos o desafio de ir construindo democracia, parlamentarismo — se for o caso e a vontade — e partidos políticos, tudo junto, fazendo de pequenos insucessos oportunidades para retomar a caminhada.

JOÃO GILBERTO LUCAS COELHO, 42, foi deputado federal (PMDB-RS) e presidente da Fundação Podroso Morão, e, atualmente, é diretor do Centro de Estudos e Acompanhamento do Constituinte da Universidade de Brasília (UnB).